

Economia cresce e eleva arrecadação tributária

Só o ICM aumentou em 65% e GDF espera recolher mais de Cz\$ 180 milhões este mês

A arrecadação tributária do Distrito Federal tem crescido a níveis surpreendentes e até superiores aos do resto do País. De janeiro a setembro deste ano, o crescimento na arrecadação de ICM — que representa 55 por cento da receita própria do DF — foi de 65 por cento, comparada com igual período do ano anterior. Para o mês de outubro, o Governo espera um aumento recorde de recolhimento de ICM, com a arrecadação de mais de Cz\$ 180 milhões.

O secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins de Araújo, atribui esse crescimento à dinamização das atividades econômicas do DF e ainda à fiscalização indireta da população através da exigência da nota fiscal. Para o próximo ano, a previsão do secretário é de que o comportamento da arrecadação deve se manter estável em função do Plano Cruzado, acompanhando o índice de crescimento da economia, estimado em 6 por cento ao ano.

Os números sobre a situação fiscal do Distrito Federal foram apresentados por Marco Aurélio Araújo durante debate sobre Tributação, realizado ontem no Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino. Marco Aurélio explicou que o DF gera 40 por cento do que gasta, mantendo ainda uma grande dependência do Governo Federal, com 0 por cento de sua receita sendo oriunda de transferências de recursos da União.

CRESCIMENTO

O crescimento na arrecadação não se verificou apenas no



Marco Aurélio Araújo

TCDF quer mais recursos

Mais de 80 por cento dos recursos orçamentários do Distrito Federal são aplicados em saúde, educação e segurança pública. A afirmação é do vice-presidente do Tribunal de Contas, Joel Ferreira da Silva, que ontem presidiu a Mesa durante o painel sobre Recursos Financeiros e Serviços Públicos.

Joel defende a determinação, por lei, do nível de contribuição federal no orçamento do Distrito Federal, que hoje é de cerca de dois terços. O vice-presidente do Tribunal de Contas acredita que a melhor solução para o equilíbrio das contas do DF é "não só a manutenção,

aumento de recolhimento do ICM. O IPTU, que nos anos anteriores correspondia a apenas 2 por cento da receita tributária, passou a representar 6 por cento, registrando-se também aumentos nos índices de arrecadação de ISS, IPVA e outros impostos menores.

Esse crescimento compensou a perda de receita com o ICM do trigo importado, que correspondeu no ano passado a 30 por cento da arrecadação tributária, caindo este ano para apenas 12 por cento. O decréscimo, segundo o secretário de Finanças, foi decorrente da diminuição das importações brasileiras de trigo, que foram reduzidas de 4 milhões de toneladas no ano passado para apenas 1,5 milhão este ano.

Mesmo com essa perda de receita, Marco Aurélio considera que a arrecadação atingiu números excelentes, possibilitando a não ampliação da dependência do DF em relação aos recursos da União. Ele não vê, entretanto, possibilidade de crescimento muito maior da arrecadação, pois acredita, que dentro da atual situação tributária do País, está se chegando a um limite tanto em relação à incidência de impostos como a ampliação dos mecanismos de controles.

PACOTE

O secretário de Finanças negou que o Governo esteja preparando um pacote de medidas tributárias para depois das eleições, mas admitiu que a pretensão da Secretaria é montar postos fiscais, como forma de controlar melhor os impostos indiretos. Com o fechamento das fronteiras, segundo ele, seria mais fácil fiscalizar as mercadorias que entram no Estado através das notas fiscais.

Desde o início do ano, o Governo já vem pensando também em melhorrar a tributação do IPTU, através de um imposto progressivo para os terrenos não edificados, e do nivelamento do imposto sobre imóveis residenciais com a alíquota de 1 por cento para os que estejam ou não ocupados pelo proprietário. A Secretaria quer ainda fazer um recadastramento de todos os imóveis existentes no DF para tornar a arrecadação do IPTU mais efetiva, aumentando gradativamente a tributação, que hoje não corresponde nem a 20 por cento de seu valor venal.

Esta urna sem voto, mas com o cadáver de JK, pôs a população candanga, segundo o professor. "A verdadeira Brasília foi criada de fora para dentro ou seja, as cidades-satélites. Para se ter uma ideia da diferença com que a população tratava a política do DF, na década de 60, vide o que ocorreu aqui em 1964", disse Chagas, fazendo uma alusão à indiferença do brasiliense, que, nem por curiosidade, saiu às ruas para ver os tanques e metralhadoras cercando o Congresso Nacional.

Brasília era formada por arivistas, que vinham para trabalhar, ganhar dinheiro e ir embora. Seus habitantes estavam mais preocupados com os outros estados, para onde iriam os votos e eles. Não havia alma — insistiu Carlos Chagas. Ele acredita que, a partir da criação das associações de moradores, Brasília começou a tomar parte de todos os momentos cruciais da vida política nacional.

Destaca o exemplo do movimento pelas eleições diretas, em 1984, quando foi negado ao brasiliense o direito de se manifestar. "O povo quis fazer suas manifestações, mas os detentores do poder usaram artifícios esdrúxulos para impedir", lembra Chagas.

Agora fica uma interrogação no ar. Como o DF votará? Em quem? Creio que a força que está sendo dada aos candidatos se dizem das cidades-satélites é justamente pelo fato de que a força da alma brasiliense está nas satélites e não no Plano Piloto.

Com poucos participantes ainda na platéia, ele encerrou os debates levantando necessidade de uma ampla reforma tributária, através da qual o Governo Federal passaria aos Estados e municípios a responsabilidade sobre a cobrança de determinados tributos a fim de que pudessem aumentar suas receitas.

Somente depois de muita insistência do presidente da mesa, que acabou se irritando várias vezes, o conferencista Rubens de Oliveira concordou em guardar suas slides e interromper sua palestra pela metade. O resto do tempo que ainda sobrava para o encerramento do debate.

Economista mostra saída

O Distrito Federal tem três alternativas para ampliar suas fontes de recursos: conseguir uma transferência ainda maior de verbas federais, aumentar seus impostos ou então arcar com um endividamento cada vez maior. Este quadro foi traçado ontem pelo economista José Hamilton Gomes Silva, do ministro da Fazenda, o primeiro conferencista do painel Recursos Financeiros e Serviços Urbanos.

José Hamilton observou que a União já contribui, hoje, com uma enorme parcela do orçamento do DF: 60,9 por cento. Isto, segundo ele, representa mais de 10 vezes a média das transferências federais para os capitais brasileiros e a quase totalidade dos recursos federais repassados para o DF são aplicados em segurança pública, saúde e educação.

PRIVILÉGIOS?

Como sede do Governo Federal e das embaixadas, Brasília necessita de atenção especial a segurança — reconhece José Hamilton. Ele observa, po-

EUGENIO NOVAK



Freire lembrou que a CEF está construindo mais de 2 mil casas e aplicando Cz\$ 5 bilhões em habitação

Satélite deu alma à cidade

"A representação política para o DF foi conquistada pela luta, resistência e vontade das associações de moradores e entidades afins, criadas nas cidades-satélites, onde estão os verdadeiros brasilienses". A afirmação é do jornalista e professor da UnB Carlos Chagas, durante o simpósio. Chagas fez um relato da história política e social da cidade, quando dispôs que "Brasília só sentiu que tinha alma com a morte de JK, em 1975, quando sentiu a união em torno de uma urna".

Esta urna sem voto, mas com o cadáver de JK, pôs a população candanga, segundo o professor. "A verdadeira Brasília foi criada de fora para dentro ou seja, as cidades-satélites. Para se ter uma ideia da diferença com que a população tratava a política do DF, na década de 60, vide o que ocorreu aqui em 1964", disse Chagas, fazendo uma alusão à indiferença do brasiliense, que, nem por curiosidade, saiu às ruas para ver os tanques e metralhadoras cercando o Congresso Nacional.

Brasília era formada por arivistas, que vinham para trabalhar, ganhar dinheiro e ir embora. Seus habitantes estavam mais preocupados com os outros estados, para onde iriam os votos e eles. Não havia alma — insistiu Carlos Chagas. Ele acredita que, a partir da criação das associações de moradores, Brasília começou a tomar parte de todos os momentos cruciais da vida política nacional.

Destaca o exemplo do movimento pelas eleições diretas, em 1984, quando foi negado ao brasiliense o direito de se manifestar. "O povo quis fazer suas manifestações, mas os detentores do poder usaram artifícios esdrúxulos para impedir", lembra Chagas.

Agora fica uma interrogação no ar. Como o DF votará? Em quem? Creio que a força que está sendo dada aos candidatos se dizem das cidades-satélites é justamente pelo fato de que a força da alma brasiliense está nas satélites e não no Plano Piloto.

Com poucos participantes ainda na platéia, ele encerrou os debates levantando necessidade de uma ampla reforma tributária, através da qual o Governo Federal passaria aos Estados e municípios a responsabilidade sobre a cobrança de determinados tributos a fim de que pudessem aumentar suas receitas.

Somente depois de muita insistência do presidente da mesa, que acabou se irritando várias vezes, o conferencista Rubens de Oliveira concordou em guardar suas slides e interromper sua palestra pela metade. O resto do tempo que ainda sobrava para o encerramento do debate.

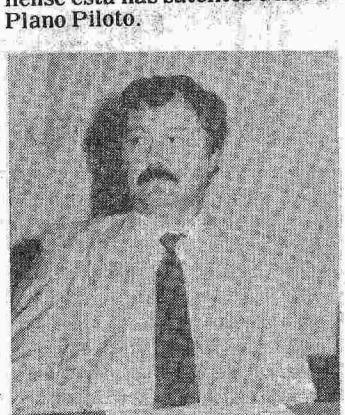
Economista mostra saída

O Distrito Federal tem três alternativas para ampliar suas fontes de recursos: conseguir uma transferência ainda maior de verbas federais, aumentar seus impostos ou então arcar com um endividamento cada vez maior. Este quadro foi traçado ontem pelo economista José Hamilton Gomes Silva, do ministro da Fazenda, o primeiro conferencista do painel Recursos Financeiros e Serviços Urbanos.

José Hamilton observou que a União já contribui, hoje, com uma enorme parcela do orçamento do DF: 60,9 por cento. Isto, segundo ele, representa mais de 10 vezes a média das transferências federais para os capitais brasileiros e a quase totalidade dos recursos federais repassados para o DF são aplicados em segurança pública, saúde e educação.

PRIVILÉGIOS?

Como sede do Governo Federal e das embaixadas, Brasília necessita de atenção especial a segurança — reconhece José Hamilton. Ele observa, po-



PROGRAMA DE HOJE

D as 8h30 às 12h30: painel sobre A Cidade e a Constituinte. Convidado especial: Paulo Brossard, ministro da Justiça. Presidente da mesa: Afonso Arinos, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Outros convidados: Celso Furtado, ministro da Cultura; e Roberto Guimarães, ex-ministro da Indústria e do Comércio. Conferência sobre As Esferas de Governo e a Organização do Espaço, de Miguel Reale. Debatedores: deputado Pimenta da Veiga e Manoel André da Rocha. Conferência sobre A Questão Urbana na Constituição, de Joaquim Falcão. Debatedores: Roberto Requillo e Alvaro Café Alves.

Cuidadoso, porém, Hamilton lembra que este indicativo não significa, necessariamente, que a população seja privilegiada por uma subtributação. Lembra que o baixo recolhimento de impostos também pode ser consequência das características da economia do DF, ainda incipiente.

A partir de 14h30: sessão solene de encerramento com pronunciamento do governador José Aparecido e do ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz.

INFORMATICA

Arruda ressalta que a transformação do Distrito Federal num polo de desenvolvimento terá que levar em conta, necessariamente, o tamanho de seu território e a questão da sua industrialização. O secretário observa que a delimitação rígida

deste território do DF, hoje, está impedindo que melhorias na área de serviços públicos sejam levadas a uma população residente em cidades situadas na região Geoeconômica, mas que trabalha no Distrito Federal, barrando, assim, o desenvolvimento desta região.

Brasília, hoje, afirma Arruda, abriga uma população muito superior àquela necessária para fazer a máquina estatal funcionar, e a parcela desempregada da população tem que ser empregada em alguma atividade produtiva. Caso contrário, adverte o secretário, Brasília precisará cada vez mais da injeção de recursos federais para sobreviver.

Arruda lembrou que a recente criação de um polo de biotecnologia e informática no Distrito Federal já representa um enorme avanço, como primeira medida prática no sentido de criar aqui uma indústria não poluente e geradora de emprego. A ampliação da infraestrutura urbana da cidade, tanto na área de transportes quanto de saneamento básico, também é defendida com veemência por Arruda.

Estou convencido de que

temos que construir o transporte de massa, não como forma de induzir o aumento da população, mas para oferecer melhores condições de vida para a população das satélites — afirmou Arruda.

Arruda não aceita a tese de que a construção de grandes obras, como o metrô ou o Lago São Bartolomeu, vão fatalmente incentivar a migração. Na sua opinião isso não acontecerá porque a tecnologia moderna exige muito mais montagem que construção civil, e a mão-de-obra atualmente existente em Brasília teria perfeitas condições de suprir estas necessidades.

Ministros

Os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e José Reinaldo Tavares, dos Transportes, estiveram presentes ao Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino, ontem à tarde, quando expuseram os problemas enfrentados pelos respectivos Ministérios, planos futuros e a visão que possuem da realidade brasiliense. Nenhum deles fez alusão ao tema do 7º painel, A Cidade e a Representação Política, debatido pelos professores Carlos Chagas, da UnB, Ana Maria Brasileiro, cientista política, e o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE).

Aureliano Chaves, além de dar um relato completo do crescimento energético brasileiro, atestando a necessidade de se estudar e conhecer a rede pluviométrica do País, confirmou o mau planejamento de Brasília, já denunciado nas conferências anteriores. "Brasília, como Belo Horizonte e outras cidades previamente planejadas, possui um crescimento desordenado que, progressivamente, tem em seu planejamento algo de ultrapassado. Todas as cidades estão com seus planejamentos ultrapassados, o que é um fenômeno inerente aos avanços das comunidades", afirmou o Ministro.

Ele admite que Brasília, como capital da República, precisa equacionar seus problemas, o que é tão complexo e difícil quanto mudar seu quadro e planejamento. "Sem a ação solidária da sociedade, não há governo que solucione os problemas. Lógico que o Governo tem uma responsabilidade superior mas, mesmo os bons governos fazem pouco ou muito pouco, quando a sociedade não contribui. Os maus não fazem nada e até atrapalham", criticou o Ministro.

Acrescenta que "muita gente come o pato, mas pouca gente paga o pato", ao referir-se a um mau planejamento sócio-governamental.

É fundamental um sistema de transportes de massa eficiente.

Até para o desenvolvimento ocupacional da cidade. Tenho certeza que o GDF dará ao brasiliense, em breve, uma solução para um de seus maiores problemas, já que

é só essa a carência da cidade — afirmou o Ministro. Relata, ainda, a necessidade de se investir em linhas ferroviárias federais, uma de suas grandes preocupações. "O transporte ferroviário é básico para qualquer país. Iniciamos a normalização contábil da RFFSA, através do contrato com o BNDES, para torná-la uma das maiores empresas brasileiras", completou Tavares.

BOOM

Para o deputado federal Lúcio Alcântara (PFL-CE), que também esteve presente aos debates no Simpósio, há uma dissociacão entre Brasília e o País real. "A cidade atraiu um verdadeiro boom de trabalhadores para a construção civil, além da proximidade ao Governo Federal. Mesmo sem a representação política, estas famílias tiveram que se virar, com os elementos juntando para conseguir coisas objetivas, como a urbanização, o problema da falta de água e escolas", contou Alcântara.

Para ele, o fato de a socieda-

Casa depende de decreto

O Governo do Distrito Federal baixará, brevemente, um decreto fixando as bases para a futura reabertura das inscrições para a aquisição da casa própria da Sociedade de Habitações de Interesse Social. A informação foi dada pelo chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida.

A Shis interrompeu o cadastramento em 1979, porque o Governo da época considerou que o incremento da política habitacional estimulava a migração para Brasília. Esse fato, no entanto, não impediu que a população do Distrito Federal continuasse crescendo a um ritmo de cerca de 8 por cento ao ano. Hoje estima-se que há uma carência de cerca de 100 mil moradias e a Shis calcula que 80 por cento dessa demanda provém da população da baixa renda.

De acordo com Guy de Almeida, o GDF está há meses estudando a reabertura do cadastramento. Ele ressaltou, no entanto, que para que seja consolidada uma política habitacional realmente séria e responsável, o GDF necessita ter não apenas pleno conhecimento de qual é a demanda real existente, como também tomar todos os cuidados para impedir qualquer estímulo à migração para Brasília.

Para atender ao primeiro objetivo, disse Guy de Almeida, é fundamental que se faça um cadastramento rigoroso que impeça fraudes, como o atendimento da mesma pessoa mais de uma vez. Com relação aos riscos do estímulo à migração, o GDF fixará um prazo mínimo de vida em Brasília de cinco anos para aceitar inscrições no cadastramento, e, ainda de acordo com o chefe do Gabinete Civil, o Governo seguirá extremamente rigoroso na exigência da documentação a esse respeito.

Eleição direta humaniza cidade

A professora Ana Maria Brasileiro, consultora do Unicef do Rio de Janeiro especialmente para expor a formação do quadro político do País, em sua palestra "As cidades e os partidos políticos", proferida no Simpósio "Brasília: Conceção, Realidade, Destino". Na sua opinião, Brasília foi concebida para ser sede de um poder que ficaria longe das passeatas, manifestações e aglomerações, sendo que o Governo cuidaria exclusivamente dos interesses nacionais, como uma obrigação.

Isso, hoje, é diferente. Podemos ler Brasília com muita clareza. O Poder está bem demarcado e identificado. Apesar de estar no núcleo do Plano e a periferia, que é fruto da estratificação nítida — afirmou Ana Maria. Ela acrescenta que a educação, habitação e outros bens estão concentrados no Plano Piloto. "O pobre, em Brasília, além de tudo, não tem representação política, coisa que, parcialmente, terá agora. Então, que tipo de baralho ele tinha, ou poderia ter, com seu Governo?", indagou a professora.

Para ela, uma primeira reivindicação a ser feita pelos candangos, caso tivessem representação política, é para melhorar seu sistema de transportes. "Brasília só terá suas reivindicações acatadas quando eleger seu governador, Câmara de Vereadores, além dos deputados e senadores. Senão, não terá como barganhar", acreditou ela. Ana Maria relata a história dos partidos políticos, citando o fato de haverem sido instituídos há pouco tempo, no mundo ocidental.

Do ponto de vista histórico, 200 anos de vida político-partidária não representam muito. Já não era mais possível a representação direta